

# Relação entre o crescimento da desigualdade social e dos homicídios no Brasil: o que demonstram os indicadores?

Sandra Cristiana Kleinschmitt\*

Jandir Ferrera de Lima\*\*

Yonissa Marmitt Wadi\*\*\*

## Resumo

Este artigo faz um comparativo da distribuição espacial da criminalidade violenta, em especial dos homicídios, nos Estados brasileiros, entre os anos 1991 e 2000, e os indicadores socioeconômicos. Paralelamente ao aumento e intensificação da criminalidade violenta, verificou-se o crescimento das desigualdades sociais.

## Palavras-chave

Desigualdade social. Criminalidade violenta. Homicídios. Economia do bem-estar. Desenvolvimento econômico.

## Abstract

This paper makes a comparison of the spatial distribution of violent crimes, especially homicides, in Brazilian states, between 1991 and 2000, and socioeconomic indicators. In line with the increase in and intensification of violent criminality, the growth of social inequalities was observed.

## Keywords

Social inequality. Violent criminality. Homicides. Welfare economy. Economic development.

---

\* Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Toledo/Paraná). E-mail: sandracristiana@yahoo.com.br.

\*\* Ph.D. em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec (Québec/Canadá), professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Toledo/Paraná) e pesquisador do CNPQ. E-mail: jandir.lima@unioeste.br.

\*\*\* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (São Paulo/Brasil) e professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Toledo/Paraná). E-mail: yonissamw@uol.com.br.

## Introdução

Este artigo faz um comparativo da criminalidade violenta no território brasileiro, com especial atenção aos homicídios nas 27 Unidades da Federação (UF), entre os anos 1991 a 2000, e sua relação com os indicadores socioeconômicos estaduais.

Do ponto de vista sociológico, os crimes violentos distinguem-se dos não violentos. Os crimes violentos são as ações e os atos que constroem e ameaçam a vida e a integridade física do indivíduo. Eles compreendem o homicídio, o latrocínio (roubo seguido de morte), o estupro, a extorsão mediante sequestro, o tráfico de drogas. Já os crimes não violentos não acarretam dano à vida ou à integridade física (CARDIA; ADORNO & POLETO, 2003:64). No campo da saúde, por sua vez, o homicídio não necessariamente corresponde ao tipo de crime classificado no Código Penal, ou seja, corresponde a qualquer ação intencional dirigida a outro, por um indivíduo ou um grupo, que resulte em óbito (OMS, 2003). Por questões metodológicas, quando for mencionada a criminalidade violenta neste artigo, referem-se apenas as taxas de homicídios coletadas da base de dados do Ministério da Saúde/Cenepi: Sistema de Informações sobre Mortalidade □ SIM/MS (DATASUS, 2007). As “agressões” incluem, em seus registros, além dos crimes de homicídio, os crimes de latrocínio. Por esse motivo, o homicídio é entendido como a ação intencional dirigida a outro que resulte em óbito.

Entre as décadas 1980 e 2000, as mortes causadas por homicídios se tornaram uma das causas que mais preocupam e assustam o Brasil. Segundo dados do IBGE (2007), nesse período essas taxas tiveram crescimento de cerca de 130%, vitimando aproximadamente 600.000 pessoas. A partir da década de 1980, as mortes por homicídios passaram a ocupar o segundo lugar no quadro geral de mortalidade nas várias regiões do Brasil, com exceção da Região Sul, que ocupa o terceiro lugar.

Apesar de os indicadores apresentarem índices cada vez mais crescentes de homicídios no Brasil, a distribuição deles nos Estados brasileiros<sup>1</sup> não é homogênea, fato que se repete em várias cidades do Brasil e do mundo (CARDIA & SCHIFFER, 2002). Enquanto a média de mortes causadas

---

<sup>1</sup> O termo “Estado” refere-se à divisão geopolítica das 27 Unidades da Federação do Brasil.

por homicídios no Brasil era de aproximadamente 21 mortes por 100 mil habitantes, em 1991, e aproximadamente 25, em 2000, a mesma média não reflete a realidade de algumas Unidades Federativas brasileiras. Em 1991, o Estado de Pernambuco teve 41 mortes por homicídio por 100 mil habitantes e passou para 54 em 2000. Em contrapartida, o Estado de Piauí teve crescimento de 71,83% de 1991 para 2000. Enquanto isso, Estados como Maranhão, Acre e Rondônia tiveram decréscimo desses índices de criminalidade (SIM/MS)<sup>2</sup>. Esses indicadores refletem o crescimento dos homicídios de maneira desigual no tempo e no espaço.

Segundo Félix (2002), os crimes não ocorrem no vácuo, mas em contextos espaciais concretos, com atributos específicos que controlam a incidência destes. Para Cardia, Adorno & Poletto (2003), com frequência os homicídios se concentraram em determinados espaços. Nesses espaços ocorrem também concentrações de desigualdades econômicas e sociais, aliadas à sobreposição de carências. Ou seja, o espaço revela a desigualdade de condições de vida e possibilita que determinados grupos sejam alvos preferenciais da mortalidade por causas externas. Dessa forma, o presente artigo não tem por objeto os criminosos, os assassinos, os homicidas, etc., mas as UF que mais acumulam desigualdades econômicas e sociais propícias para a incidência da criminalidade violenta.

Considerando-se o cenário dos homicídios nas UF brasileiras, percebe-se que existem alguns com maior crescimento das taxas. Nesse sentido, a questão que se propõe a analisar é quais são as singularidades socioeconômicas que impulsionam a concentração e o crescimento das taxas de homicídio nas UF? Para responder a essa pergunta, utilizam-se os indicadores socioeconômicos, como o PIB *per capita*, a Renda *per capita*, o Índice de Gini e Theil, a Intensidade da Pobreza, entre outros indicadores de desigualdade social, encontrados no banco de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2007).

Para desenvolver a problemática proposta, o artigo foi dividido em cinco partes, juntamente desta introdução. Na segunda parte é apresentado o referencial teórico acerca das principais discussões sobre a criminalidade violenta e a desigualdade social. Na terceira parte se apresenta a metodologia adotada para realização desta pesquisa. No quarto item é realizado o

---

<sup>2</sup> Os dados sobre mortalidade por causas externas já estão calculados pela taxa percentual, o que elimina a alta instabilidade das taxas brutas.

diagnóstico do crescimento das taxas de homicídio nas UF de 1991 para 2000, comparativamente com seus respectivos indicadores socioeconômicos. Na quinta parte são apresentadas as conclusões.

## **Desigualdade social e criminalidade violenta no Brasil**

A criminalidade violenta no Brasil apresentou grande crescimento desde as últimas décadas. Dentro dessa perspectiva, muitos foram os pensadores sobre o assunto que apontaram como uma das grandes causas desse crescimento a intensificação da desigualdade social, dentre eles Cardia & Schiffer (2000), Minayo (1994) e Beato & Reis (2000). Entre as décadas de 1940 a 1980, o Brasil apresentou crescimento econômico acelerado. Nesse período, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou um crescimento médio de 7% ao ano, com decréscimo em 1980 e 1990 de 1,3% ao ano e 2,1% entre 1990 e 1998 ao ano. Mesmo com esse decréscimo, durante todo o período até chegar 1998, o país apresentou o PIB *per capita* cinco vezes maior que 1940 (MARICATO, 2002).

A promoção do crescimento do PIB acarretou uma busca desenfreada pela industrialização e pelo “desenvolvimento” econômico. Para Oliveira (2002:37), o crescimento econômico era visto pelos pensadores do assunto como “meio e fim do desenvolvimento”. No entanto esse crescimento econômico, que atribuiu ao Brasil a décima colocação entre os PIB mundiais no período, não implicou um desenvolvimento humano igualitário (MARICATO, 2002). Esse crescimento não modificou de maneira significativa a forte desigualdade social existente no país e aprofundou ainda mais a exclusão social, deixando a qualidade de vida para segundo plano (OLIVEIRA, 2002).

Para Oliveira (2002), o desenvolvimento econômico deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia. Nesse sentido, ter-se-ia o melhoramento dos indicadores de bem-estar econômico e social, dentre eles a pobreza<sup>3</sup>,

---

<sup>3</sup> Termo relacionado sob o ponto de vista do rendimento, sendo desprezados aspectos relevantes do bem-estar.

o desemprego, a desigualdade social, as condições de saúde, de alimentação, de educação e de moradia.

No caso brasileiro, no entanto, não é o que se percebe. O Brasil apresenta um histórico de concentração de renda. A partir da década de 1960, essa concentração intensificou-se muito, pois o Coeficiente de Gini, usado mundialmente para expressar a concentração de renda<sup>4</sup>, já atingia 0,50, ou seja, a renda apropriada pelos 10% mais ricos era 34 vezes superior à renda apropriada pelos 10% mais pobres. Trinta anos mais tarde, já em 1990, as desigualdades sociais aprofundaram-se ainda mais no Brasil, pois o Índice de Gini saltou para 0,63, e a renda apropriada pelos 10% mais ricos passou para 78 vezes superior à renda apropriada pelos 10% mais pobres (ADORNO, 2002). Como se pode perceber, esse índice traduz, de maneira sucinta, as distâncias existentes entre as classes sociais no país.

Segundo Rocha (1995), embora não tenha havido agravamento da pobreza e da indigência<sup>5</sup> no que se refere especificamente à renda, a partir dos anos 1980, os níveis de pobreza se tornaram inaceitáveis em face das desigualdades nas condições de vida, que podem estar contribuindo para o aumento da violência como um todo e, em especial, em relação aos homicídios.

Barros, Henriques & Mendonça (2000), ao discutirem a desigualdade e a pobreza no Brasil, afirmaram que seus elevados níveis de pobreza encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, da distribuição da renda e das oportunidades de inclusão socioeconômicas. Um exemplo é que em 1999, aproximadamente 14% da população brasileira se constituía em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34% abaixo da linha da pobreza, ou seja, um equivalente de cerca de 22 milhões de brasileiros podiam ser classificados como indigentes e 53 milhões como pobres. Esses 53 milhões encontravam-se heterogeneamente distribuídos abaixo da linha de pobreza e sua renda média estava 55% abaixo do valor dessa linha. Os 22 milhões de indigentes estavam distribuídos de forma heterogênea, com renda 60% abaixo da linha de indigência.

---

<sup>4</sup> O Índice de Gini varia de 0 a 1: quanto mais próximo de 0, melhor é a distribuição da renda, ao passo que quanto mais próximo de 1, pior é a distribuição, ou seja, maior é a concentração de renda.

<sup>5</sup> Termo relacionado sob o ponto de vista do rendimento, sendo desprezados aspectos relevantes do bem-estar.

## A concentração da criminalidade violenta e das desigualdades sociais

As teorias internacionais mais discutidas por sociólogos, na definição das causas da criminalidade e da violência, foram agrupadas por Beato (1998) em duas linhas de teorias contrastantes. Uma delas creditava ao delinquente e aos atos criminosos uma “agressão ao consenso moral e normativo da sociedade”; nesse sentido, o “baixo grau de integração moral produziria o fenômeno do crime”. Consequentemente, sua punição se tornaria uma necessidade significativa para o restabelecimento dos valores centrais do núcleo normativo.

A outra linha teórica defendia que a causa desse fenômeno se devia fundamentalmente a fatores de natureza econômica, como a privação de oportunidades, a desigualdade social e a marginalização, tornando-os estímulos decisivos para o comportamento criminoso. Beato (1998:76) argumentou que “[...] uma das hipóteses clássicas sugeridas por essas abordagens teóricas para a explicação da incidência da criminalidade violenta seria a desigualdade de condições socioeconômicas nas localidades, regiões ou municípios”.

Dentro dessa perspectiva, na pesquisa “Determinantes da criminalidade em Minas Gerais”, Beato (1998) demonstrou vários estudos quantitativos, como os de Bayley (1984), Blau & Blau (1982), Land *et al.* (1990) e Schurman & Kobrin (1986), procuraram explicar a variação das taxas gerais de crime violento entre várias cidades, áreas metropolitanas ou Estados. Assim, tanto os sociólogos como os criminólogos aplicaram uma variedade de técnicas estatísticas, por meio de diversas variáveis sociais, demográficas e econômicas. Nos Estados Unidos, as variáveis socioeconômicas que foram relacionadas com os crimes de homicídio, por ordem de importância, foram: índices de desigualdade econômica (quanto maior a desigualdade, maior será a taxa de homicídio); índices de estrutura populacional, englobando o total da população e a densidade populacional (áreas maiores e mais densas têm taxas de homicídio maiores); índices de desemprego (efeito negativo); e estrutura etária (não significativo). Beato (1998:76), porém, evidenciou que:

[...] os resultados destes estudos têm mostrado que alguns fatores estão invariavelmente associados com altas taxas de criminalidade, ao passo que outros fatores apresentam comportamento mais volátil, algumas vezes sendo estatisticamente significantes, outras vezes não.

Apesar de suas várias controvérsias, muitos desses estudos evidenciaram a existência de uma interação estreita, embora não causal, entre a criminalidade violenta, em especial os homicídios e as condições socioeconômicas. Por esse motivo, estima-se que “[...] muitas avaliações de programas bem-sucedidos no combate à criminalidade encontrem em intervenções sociais seus resultados mais positivos” (BEATO, 1998:77).

Já no Brasil, a discussão entre os cientistas sociais, sobre a criminalidade violenta, surgiu em meados da década de 1970, influenciada pelo cenário social brasileiro. O Brasil sofreu intensas transformações econômicas, políticas e sociais desde que se tornou independente em 1822. Mas foi a partir da década 1960 que o país sofreu intensos processos de urbanização, industrialização e crescimento demográfico (ADORNO, 2002).

Para Adorno (2002), o impacto que a criminalidade provocou, principalmente, a partir dos anos 1980 na sociedade brasileira, estimulou e continua estimulando o desenvolvimento de pesquisas no domínio das ciências sociais. Para tanto, a discussão sobre a criminalidade ainda é muito recente e parece ainda não haver consenso entre os antropólogos, os cientistas políticos e os sociólogos. Em relação às causas desse crescimento, o autor agrupa, numa perspectiva geral, os esforços de explicação em três direções:

- a) mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência;
- b) crise do sistema de justiça criminal;
- c) desigualdade social e segregação urbana.

A criminalidade violenta, em especial o homicídio, pode ser considerada um fenômeno multifacetário e complexo, bem como suas explicações são diversificadas e contraditórias. Por esse motivo, as teorias explicativas sobre as causas dos homicídios não encontraram, até os dias atuais, uma explicação aceitável entre os especialistas do assunto. A bibliografia é vasta, bastante complexa e contraditória (BRUIT & ABRAHÃO, 2001). Peres *et al.* (2008) comentaram que, na atualidade, os estudos no Brasil tentaram analisar a existência de relação entre a mortalidade por homicídios e uma série de indicadores de desenvolvimento socioeconômico, com o objetivo de responder à questão sobre a existência ou não de associação entre a pobreza e os homicídios.

A tese que sustenta a existência de relações de causalidade entre pobreza, delinquência e homicídios é bastante contestada em inúmeros estudos,

porém a discussão não está terminada e existem muitas controvérsias a seu respeito. Adorno (2002) argumentou que, mesmo diante das controvérsias, não se pode deixar de reconhecer a persistência da concentração da riqueza, na precária qualidade de vida coletiva nos bairros periféricos das grandes cidades, e da explosão da violência letal.

No livro *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*, Cano & Santos (2001) exploraram a relação entre as taxas de homicídio e as dimensões econômicas, fazendo-a em diferentes escalas, como entre países, Estados, municípios e bairros. Os autores examinaram as convergências e as divergências dos resultados de estudos sobre a relação pobreza e crime, partindo da controvérsia existente sobre os determinantes estruturais do homicídio.

Para a análise entre os países foi relacionada a incidência dos homicídios<sup>6</sup> com a renda e a educação, através dos indicadores do PNUD para 1997 e os índices de urbanização e a razão de renda dos 20% mais ricos sobre a dos 20% mais pobres da população, através dos indicadores do Banco Mundial, para 1994. Os dados foram analisados por meio da regressão múltipla para estimar a variação das taxas de homicídio, sendo as variáveis independentes introduzidas hierarquicamente. Na comparação entre os países, verificou-se a relação entre as altas taxas de violência letal com baixa renda e com alta desigualdade. Apesar desse resultado, os autores afirmaram que esses efeitos não eram muito sólidos devido ao reduzido número de 62 países considerados na análise e pela presença de casos com valores extremos (*outliers*) (CANO & SANTOS, 2001).

No caso dos Estados brasileiros, Cano & Santos (2001) perceberam problemas de notificação incompleta na base de dados do SIM/MS para os Estados do Maranhão e do Piauí, fazendo com que esses dados fossem descartados da análise<sup>7</sup>. Os testes estatísticos para a relação entre homicídios, renda e desigualdade foram realizados com dados de 1991. Os dados sobre urbanização foram obtidos do IBGE, para 1991, e os dados sobre educação, renda e desigualdade foram retirados do PNUD, para 1998. Os índices de educação e de renda foram calculados da mesma maneira que no Índice

---

<sup>6</sup> Os dados sobre os homicídios são do SIM/MS.

<sup>7</sup> Uma possível causa das baixas notificações nesses dois Estados, segundo os autores, poderia estar relacionada com o respectivo baixo desenvolvimento estadual (CANO & SANTOS, 2001).

de Desenvolvimento Humano dos países. A desigualdade foi medida por meio da L de Theil<sup>6</sup>, de modo que, quanto mais alto o coeficiente, maior a desigualdade na distribuição de renda. Dessa forma, os autores não comprovaram a relação entre a renda e desigualdade com os homicídios, mas com as taxas de urbanização. Chamaram atenção, no entanto, para o fato de que essas interpretações deveriam ser consideradas com cuidado, devido ao pequeno número de casos e aos problemas de validade das comparações entre os Estados.

Após a análise entre os Estados, o Estado do Rio de Janeiro foi selecionado para fazer a análise intermunicipal. Ao analisar a variação das taxas de homicídio em relação à renda *per capita* nos municípios do Rio de Janeiro, para 1991, percebeu-se que a renda não teve impacto claro sobre as taxas de homicídio dos municípios analisados. Já a desigualdade, medida pela L de Theil teve efeito ameno sobre as taxas de homicídio. Os autores perceberam também que as municipalidades com o alto grau de violência letal estavam localizadas na área metropolitana do Rio de Janeiro e possuíam distribuição de renda relativamente homogênea em relação ao restante do Estado. A urbanização teve influência mais forte e consistente sobre os homicídios, e as municipalidades urbanas tiveram taxas de homicídio mais elevadas do que as cidades rurais. Entretanto, por se tratar de uma realidade particular, Cano & Santos (2001) consideraram que os resultados não poderiam ser generalizados para outros Estados ou para outras municipalidades.

Quando consideradas diferentes áreas de uma cidade, como os bairros, não existem dados disponibilizados, em meio digital, sobre índices de desigualdades para essas áreas das municipalidades, indisponibilidade que inviabiliza o uso dos indicadores habituais para essa escala. Diversos estudos intraurbanos apresentados por Cano & Santos (2001) demonstraram que habitantes de baixa e média renda corriam riscos maiores de serem assassinados em relação a residentes com renda mais elevada. Por esse motivo, segundo os autores, no espaço urbano nas áreas metropolitanas do Brasil, as mortes violentas eram mais altas entre os habitantes de bairros pobres do

---

<sup>6</sup> “Mede a desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. É o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, sendo nulo quando não existir desigualdade de renda entre os indivíduos e tendente ao infinito quando a desigualdade tender ao máximo. No cálculo, excluem-se do universo os indivíduos com renda domiciliar *per capita* nula”. Informações disponíveis do *site*: <http://www.pnud.org.br>; acesso em 15 de julho de 2007.2001).

que entre os habitantes de bairros de classe média ou média alta (CANO & SANTOS, 2001).

Cano & Santos (2001) afirmaram que, de fato, sempre foi muito difícil desvendar a associação pobreza, renda e desigualdade, em relação às taxas de homicídio, especialmente quando se trabalha com dados agregados. Os autores concluíram que a força da relação entre as variáveis pode ser diferente de acordo com os níveis de análise, cuja força pode variar de intensidade por outros fatores particulares num ou noutro nível particular. Por fim, afirmaram que a urbanização parecia ser um fator determinante da violência, junto com questão da renda no interior das cidades.

Os autores alertaram para a precariedade dessas conclusões, afirmando que elas deveriam ser lidas com cuidado, dado o pequeno número de casos e os problemas gerais de validade e de confiabilidade. Acrescentaram ainda que, apesar de as teorias não necessariamente convergirem em seus diagnósticos, o homicídio sempre foi um fenômeno complexo, sendo determinado por vários fatores. No atual estado em que se encontram os estudos contendo a relação entre violência letal e pobreza, a analogia entre eles não poderia ser negada, pois “[...] as análises ecológicas até este momento no Brasil mostram uma forte relação entre a pobreza e a violência letal nas cidades [...]” (CANO & SANTOS, 2001:86).

Cano & Santos (2001) justificaram que o debate sobre as raízes estruturais da criminalidade violenta, em especial dos homicídios, esteve muito centrado na possível influência que a pobreza poderia exercer sobre as mortes violentas. Essa controvérsia ocorreu devido a dois fatores principais: em primeiro lugar, os resultados contraditórios ocorriam quando a hipótese testada era examinada em níveis geográficos diferentes (como entre bairros, entre municípios, entre Estados, entre países ou usando populações distintas); em segundo lugar, os autores apontam a falta de uma especificidade nos modelos teóricos (em especial, os modelos que se propõem a exemplificar a relação entre renda e homicídios).

Na análise sobre a esfera intermunicipal, Beato (1998:78), ao estudar os “Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais”, tentou entender “[...] quais as características estruturais dos municípios, como o tamanho da população e sua densidade, sua estrutura de produção de bens e serviços e seu grau de desenvolvimento, que fornecessem um contexto favorável à ocorrência de diferentes tipos de delitos [...]”. Foram exploradas algumas das implicações da abordagem espacial na análise das taxas de criminalidade violenta (homicídio, tentativa de homicídio, estupro, roubo e roubo à mão

armada) para o Estado de Minas Gerais, na suposição de que muitas dessas implicações poderiam ser verificadas nessa unidade de análise. O enfoque dos criminosos mudou para os correlatos espaciais da ocorrência dos delitos.

As taxas de criminalidade violenta, por 100 mil habitantes, em 1991, foram analisadas separadamente nos 756 municípios do Estado e seus correlatos socioeconômicos<sup>9</sup>. A análise partiu da suposição de que as implicações para um indivíduo ser alvo preferencial da criminalidade violenta poderiam estar relacionadas às variáveis socioeconômicas.

As variáveis socioeconômicas foram analisadas separadamente. Percebeu-se, assim, que o comércio varejista, o número de empresas, a arrecadação do ICMS, o PIB por habitante, o tamanho da população, a densidade populacional, o grau de urbanização, o IDH e o percentual de famílias com mais de um salário mínimo estavam correlacionados com os crimes violentos contra a propriedade, como o roubo e o roubo à mão armada. Esses crimes estavam sempre presentes nas cidades maiores, em que havia um volume significativo de comércio varejista e de empresas.

A conclusão do autor foi que a correlação a ser estabelecida, para a explicação desse tipo de crime, não era com a pobreza, mas com a riqueza. A prosperidade geraria um incremento nas oportunidades para a ação criminosa, em especial para os crimes violentos relacionados à propriedade (como roubo e roubo à mão armada), à medida que forneciam alvos viáveis e compensadores, além de dificultar os mecanismos tradicionais de controle social e vigilância.

Já as taxas de homicídios, as tentativas de homicídios e os estupros correlacionaram-se negativamente com o percentual de casas com esgoto. A suposição era a de “[...] que em localidades aonde a companhia de água e esgoto ainda não chegou, a polícia e o sistema judiciário estejam igualmente distantes” (BEATO, 1998:87). As regiões do Estado pouco desenvolvidas teriam maiores taxas de homicídios, de tentativas de homicídios e de estupros devido aos valores oriundos de códigos tradicionais de honra e em razão da

---

<sup>9</sup> As variáveis socioeconômicas estudadas foram a arrecadação do ICMS por setores de atividade em cada município mineiro (1995), o PIB por habitante municipal (1995), o tamanho da população (1995), a densidade populacional por município (1995), o grau de urbanização (1991) e o Índice de Desenvolvimento Humano (1991), indicadores extraídos da base de dados organizada pela Fundação João Pinheiro (1995). O coeficiente de Gini (1991), o percentual de casas com esgoto (1991) e o percentual de famílias que ganham menos de um salário mínimo (1991) foram extraídos do IBGE (BEATO, 1998).

valorização da mediação violenta de conflitos entre membros de um mesmo grupo, bem como da pequena possibilidade de punição. Beato (1998) concluiu que as taxas de homicídios se distribuíram entre as cidades de todos os tamanhos, pois não dependiam da seleção de alvos viáveis e nem das oportunidades para a ação criminosa. A incidência dos crimes de homicídios seriam maiores nos municípios menos desenvolvidos economicamente, não compartilhando, esses crimes, de atributos estruturais para sua ocorrência.

Beato & Reis (2000), no artigo “Desigualdade, Desenvolvimento Sócio-Econômico e Crime”, ao aplicarem a teoria das oportunidades<sup>10</sup>, procuraram a explicação para o crescimento e a distribuição das taxas de crimes violentos contra a pessoa e contra o patrimônio em relação às desigualdades socioeconômicas em 723 municípios do Estado de Minas Gerais, em 1991<sup>11</sup>. Ao buscarem uma explicação do crescimento e da distribuição desses tipos de crimes, os autores utilizaram modelos de análise que ultrapassavam o exame exclusivo das características sociais dos atores do crime. Assim, testaram a relação entre criminalidade violenta (contra a pessoa e contra o patrimônio) com os indicadores socioeconômicos, com a finalidade de sugerir hipóteses alternativas para explicar o fenômeno no Estado. Foram examinadas algumas evidências elaboradas pelas abordagens tradicionais brasileiras, na explicação do crescimento das taxas de criminalidade violenta, como a pobreza, a presença do Estado e o desemprego, e concluíram que os crimes violentos têm pouca correlação significativa com essas variáveis socioeconômicas.

As conclusões destacaram que os crimes violentos contra o patrimônio (roubo, roubo à mão armada e roubo de veículo) possuíam forte correlação

---

<sup>10</sup> A teoria analisa as condições contextuais propícias à incidência de crimes (BEATO; REIS, 2000).

<sup>11</sup> As variáveis socioeconômicas utilizadas no artigo foram: percentagem de crianças (7-14 anos) fora da escola; densidade demográfica; graus de urbanização; índice de desenvolvimento humano (IDH); índice de desenvolvimento humano – educação; índice de desenvolvimento humano – renda; número de terminais de telefone; número médio de anos de estudo; percentagem de jovens; taxa de renda insuficiente; renda familiar média; densidade por dormitório; PIB *per capita*; população economicamente ativa (PEA); total da PEA feminina; total da PEA masculina; taxa de analfabetismo; taxa de mortalidade infantil; taxa de incidência de drogas. Todas as variáveis foram extraídas do IBGE, em 1991. As taxas de criminalidade violenta foram corrigidas através dos estimadores de *Bayes* e, em seguida, correlacionadas com as variáveis socioeconômicas. A correlação entre as variáveis foi medida pelo Coeficiente de Correlação Linear de *Paerson*, sendo, em seguida, realizado um teste de permutação. A partir desse teste, o Estado de Minas Gerais foi dividido em dez regiões para o estudo (BEATO & REIS, 2000).

com a densidade demográfica e com o grau de urbanização. Esses crimes eram positivamente correlacionados com os Índices de Desenvolvimento Humano, com o número médio de anos de estudo e com a taxa de incidência de drogas. Tratava-se de indicadores que se referiam a um contexto urbano de desenvolvimento e se associavam a um estilo de vida, sendo as drogas um dos componentes presentes. Esse estilo era inversamente proporcional à taxa de renda insuficiente e ao analfabetismo, ou seja, indicadores de subdesenvolvimento (BEATO & REIS, 2000).

Em relação aos crimes violentos contra a pessoa, dentre os quais os homicídios, a correlação com os índices de prosperidade e de desenvolvimento humano foi negativa. Dessa forma, estavam inversamente correlacionados com o Índice de Desenvolvimento Humano e diretamente correlacionados com as taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil. Acreditava-se que estava ocorrendo um verdadeiro paradoxo, pois o incremento dos indicadores sociais e a estabilidade das instituições políticas estariam acompanhados do crescimento dos vários tipos de criminalidade violenta, nos grandes centros urbanos. Embora não avançassem na análise, os autores indicaram que, nos locais pobres da cidade, os assassinatos poderiam estar relacionados ao tráfico e ao consumo de drogas (BEATO & REIS, 2000).

No artigo “Homicídio e Violação de Direitos Humanos em São Paulo”, Cardia, Adorno & Poletto (2003) investigaram o crescimento das taxas de homicídios por 100 mil habitantes e sua relação com o escasso acesso aos direitos econômicos e sociais<sup>12</sup>. A análise recaiu sobre os 96 distritos censitários da Região Metropolitana de São Paulo, e partiu da problemática

---

<sup>12</sup> Os indicadores de desigualdades foram: crescimento da população, concentração de população jovem (crianças e adolescentes), densidade da população, congestionamento habitacional, renda, escolaridade do chefe do domicílio, presença de grupos vulneráveis à violência (crianças e jovens), acesso à saúde, taxa de mortalidade infantil, acesso à infraestrutura (esgotamento sanitário, em especial) e acesso a emprego. Essas variáveis de desigualdade foram extraídas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLA), Secretaria Municipal de Planejamento Metropolitano (EMPLASA), Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Secretaria Municipal de Habitação e Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, de Saúde e de Cultura, Esportes e Meio Ambiente, todos para o ano 2002. Para os dados utilizados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) foi utilizado o ano 2001. As variáveis de desigualdade foram relacionadas com o número de ocorrências de homicídio por 100 mil habitantes, em 96 distritos da Região Metropolitana de São Paulo, fornecidos pela Fundação Seade, Secretaria de Segurança Pública, Ministério da Saúde, Pro-Aim (Secretaria Municipal da Saúde/Serviço Funerário do Município de São Paulo) e da Delegacia de Polícia, todos para o ano 2000 (CARDIA; ADORNO & POLETO, 2003).

de identificar os cenários sociais singulares que mais favoreceram as elevadas taxas de homicídios nesses distritos.

A violência letal no Brasil foi considerada pelos autores como um fenômeno tipicamente urbano. Desse modo, não estaria generalizada por todo o país, mas concentrada nas áreas metropolitanas. Esses lugares, com graves violações de direitos humanos e sobreposições de múltiplas carências econômicas e sociais, se tornariam terreno fértil para a violência se desenvolver (CARDIA; ADORNO & POLETO, 2003).

A relação entre as taxas de homicídio e o escasso acesso aos direitos econômicos e sociais foi testada em análise fatorial. Para a análise dos dados, Cardia, Adorno & Poleto (2003) apresentaram os dados disponíveis para cada distrito analisado, em relação a todas as variáveis selecionadas. Primeiramente, as taxas de homicídio foram analisadas em relação a cada uma das variáveis de acordo com o distrito censitário, mediante emprego do método de correlação de *Pearson*. Após descobrirem quais variáveis socioeconômicas estavam correlacionadas com as taxas de homicídios, os autores aplicaram dois procedimentos: regressão linear-múltipla e análise fatorial segundo o método de rotação *Varimax*. A análise fatorial revelou-se mais eficiente e apontou dois fatores explicativos para 61% das oscilações das variáveis: o primeiro fator demonstrou que, quanto mais elevado o crescimento populacional, a porcentagem de adolescentes e de pré-adolescentes, o congestionamento habitacional, a baixa razão etária (menos idosos residentes), o menor acesso à rede de esgotamento sanitário, o menor acesso a empregos e menor o grau de escolaridade, mais altas seriam as taxas de homicídios. O segundo fator mostrou que, quanto maior a concentração de chefes de casa com elevado grau de escolaridade e renda acima de 20 salários mínimos, menor era a porcentagem de chefes de casa com baixo grau de escolaridade, maior era a porcentagem de leitos em hospitais e menor a mortalidade infantil, e, conseqüentemente, menores seriam as taxas de homicídios do local (CARDIA; ADORNO & POLETO, 2003).

Diante desse resultado, nota-se que a pobreza em si, ou a concentração de população muito pobre, não explicariam as altas taxas de homicídios. Para Cardia, Adorno & Poleto (2003), as taxas de homicídios eram maiores nos distritos censitários onde as sobreposições de carências eram maiores, combinadas com: a concentração da população jovem; a ausência de idosos; a ausência de empregos; o baixo grau de escolaridade dos chefes do domicílio; e a ausência de políticas públicas para amenizar o impacto da pobreza na falta de investimentos em habitação, em infraestrutura e em saúde.

A combinação de fatores sugeriu que as carências não eram temporárias, mas se estendiam no tempo. A “sobreposição da violência e das carências de direitos econômico-sociais” tornava alguns grupos sociais que habitam em determinados bairros ou distritos censitários da Região Metropolitana de São Paulo “potencialmente mais expostos, mais vulneráveis e em situação de risco de serem vítimas potenciais de ocorrências fatais”. Segundo os autores, essa relação não era direta, mas “mediatizada pelo mundo das instituições privadas e públicas”, sendo “cenários de graves violações de direitos humanos” que tendiam a “enfraquecer as relações dos grupos sociais com as instituições de proteção social” (CARDIA; ADORNO & POLETO, 2003:34).

Estudos de Cardia & Schiffer (2000) estabelecem relações entre a distribuição espacial da violência e a distribuição espacial das condições de vida e de infraestrutura urbana na cidade de São Paulo. Nesses estudos, as autoras detectaram que as regiões em que ocorreram as mais elevadas taxas de homicídio são também aquelas que mantêm, no mesmo espaço, alta concentração populacional, crescimento demográfico, congestionamento domiciliar, região de menor oferta de emprego, de leitos hospitalares e menor oferta de espaços e agências de promoção de lazer.

Minayo (1994) argumentou que a violência vem sendo abordada como fenômeno social com múltiplas determinações articuladas que se assentam numa estrutura social desigual e injusta. Em termos da conjuntura econômica e social a partir da década de 1980, o país tem apresentado alguns fatores que podem estar relacionados ao aumento das taxas de mortes violentas, especialmente os homicídios, nos grandes centros urbanos, tais como: declínio da renda *per capita* entre 1980 a 1992, o rápido processo de urbanização com mudanças socioculturais, levando a uma deterioração da qualidade de vida; a consolidação dos grupos de extermínio; a acentuação das desigualdades socioeconômicas, entre outros.

A partir dos estudos apresentados pôde-se afirmar que há diferenças consideráveis, na relação entre criminalidade violenta, em especial os homicídios e os determinantes estruturais, quando consideradas as diferenças geográficas entre os municípios, os Estados e os países (CANO & SANTOS, 2001).

Nos estudos de Beato (1998) e Beato & Reis (2000), sobre os determinantes da criminalidade no Estado de Minas Gerais, a conclusão foi que os crimes contra o patrimônio estavam relacionados com o grau de desenvolvimento do município, pois forneciam alvos viáveis para o crime. Já os crimes contra a vida, em especial os homicídios, não necessariamente possuíam um padrão

de distribuição, estando presentes por todo o Estado, independentemente do tamanho e do desenvolvimento municipal. Ao contrário, Lima et al. (2002), analisando as áreas geográficas de Pernambuco, perceberam que as regiões possuíam dinâmicas próprias em relação aos crimes de homicídio, tendo Recife e sua Região Metropolitana sentido o crescimento dos homicídios de forma exponencial, ao passo que no interior o crescimento havia sido linear. Os autores atribuíram a ocorrência desses crimes às desigualdades socioeconômicas e à dinâmica local sofrida pelas regiões.

Como pode ser percebido, nos estudos realizados sobre as questões estruturais e criminalidade violenta, as controvérsias ainda são muito evidentes. Em determinados estudos existe a relação e em outros não, chegando às afirmações de um extremo ao outro. Isso demonstra que o debate não está por terminado.

Na próxima seção serão apresentados os procedimentos metodológicos a respeito da coleta e análise dos dados sobre a criminalidade violenta e os indicadores socioeconômicos das UF.

## Metodologia de análise

Na presente análise optou-se para a investigação do comparativo da distribuição espacial da criminalidade violenta das UF entre 1991 e 2000, juntamente aos indicadores socioeconômicos. A fonte de dados utilizada para as taxas de homicídios foi o SIM/MS (DATASUS, 2007) e a base demográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007). Para os indicadores socioeconômicos foram utilizadas as bases de dados da PNAD (2007).

A análise é realizada com o indicador de Participação Relativa (PR), utilizado para captar a importância de cada variável: Taxas de homicídio, PIB *per capita*, Renda *per capita*, Índice de Gini e Theil e Intensidade da Pobreza, de cada UF, diante do total de cada um dessas variáveis; isto é, a PR de cada uma dessas variáveis nas UF, diante do comportamento dela em todas as UF (SANTANA & SANTANA, 2004). O indicador é expresso como segue:

$$PR = E_{ij} / E_{iA_j} \quad (1)$$

Em que:

PR = Participação Relativa;

Eij = Participação Relativa de cada variável em cada Estado brasileiro;

EiA = Participação total de cada variável.

O indicador tem variação entre zero e a unidade. Quanto mais próximo da unidade, mais significativa é a participação relativa da variável no Estado. O valor do indicador, em relação à PR de cada UF, foi multiplicado por 100, para se obter a representação percentual deste. Para obter a taxa de crescimento das variáveis analisadas do ano 1991 para o 2000, utilizou-se a seguinte fórmula [*valor final* – *valor inicial*] / *valor inicial*] x 100 (SANTANA & SANTANA, 2004:17).

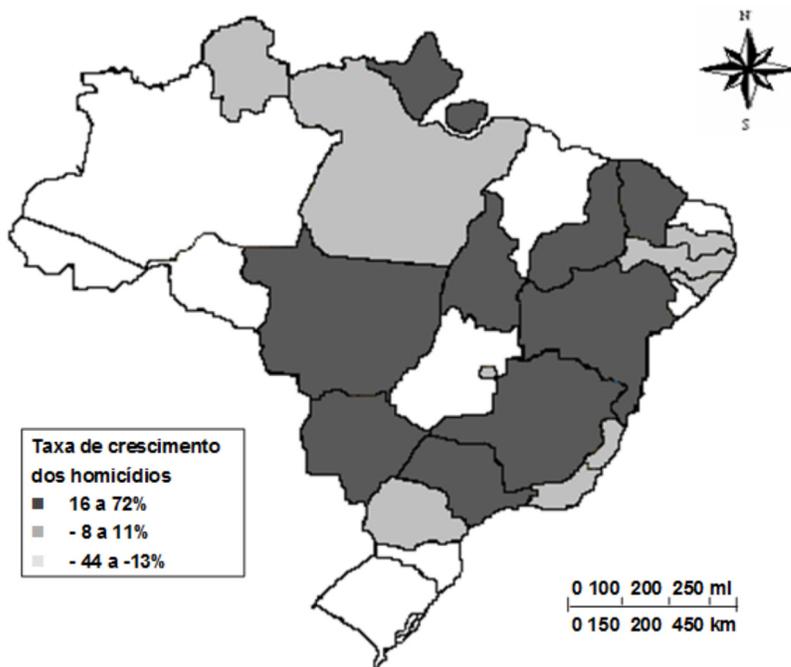
Por questões metodológicas, a análise da distribuição dos homicídios nas UF brasileiras será dividida em três partes: a primeira contendo os Estados que tiveram maior crescimento das taxas de homicídio do ano 1991 para o ano 2000; a segunda contendo os Estados que tiveram crescimento intermediário, por isso denominado moderado dessas taxas; e a terceira contendo os Estados que diminuíram as taxas de homicídio nos anos analisados. A seguir, analise-se a distribuição espacial dos homicídios.

## **Evolução da criminalidade violenta no Brasil: uma análise através dos indicadores socioeconômicos**

A seguir visualiza-se a criminalidade violenta nas UF, comparativamente a alguns indicadores socioeconômicos desses Estados. Os próximos dados apresentados na pesquisa referem-se à PR e às taxas de crescimento de 1991 para 2000, especificadas na metodologia de análise.

No Mapa 1, apresenta-se o comportamento das UF brasileiras em relação ao crescimento das taxas de homicídio. Verifica-se que Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo tiveram taxas de crescimento moderadas, respectivamente 9,50%, 10,98% e 16,24%, mas outras UF mostraram crescimento muito surpreendente. Entre eles cabe citar Minas Gerais (27,14%), Tocantins (28,49%), Ceará (48,24%), Amapá (48,35%), Mato Grosso (50,25%), Bahia (60%) e Piauí (71,83%). Cabe notar também que algumas UF experimentaram um processo inverso, ou seja, uma redução considerável das taxas de homicídios, entre eles Rio Grande do Sul, Pará,

Rondônia, Acre e Maranhão, com quedas de, respectivamente, 25,08%, 32,53%, 33,98%, 36,64% e 44,71%.



Mapa1 - Distribuição das taxas de crescimento de homicídios no Brasil (1991 a 2000)

Fonte: Dados da pesquisa

As UF que tiveram maior crescimento relativo das taxas de homicídios de 1991 para 2000, conforme a Figura 1, são Piauí, Bahia, Mato Grosso, Amapá, Ceará, Tocantins, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

O Piauí foi o estado que apresentou maior crescimento da criminalidade violenta, de 1991 para 2000. Esta foi a terceira UF, em ordem de importância, no crescimento da renda *per capita* com crescimento relativo próximo a 14%, perdendo apenas para Santa Catarina e Espírito Santo, com crescimento relativo de 15,32% e 14,12%, respectivamente. Piauí teve crescimento da renda *per capita* e permaneceu com o Índice de Gini inalterado. A princípio esse indicativo poderia ser considerado bom, no entanto, em 1991, ocupava o quarto lugar em desigualdade social, atingindo a marca de 0,636 e saltando para 0,661 em 2000. Num contexto geral, a esta UF teve crescimento da renda, sem distribuí-la, permanecendo o Índice de Gini inalterado, ou seja,

muito alto. Além disso, possuía o maior percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$37,75 e, apesar de diminuir esse percentual em 2000, continuou liderando esse indicador juntamente com Maranhão.

É importante lembrar que as taxas de crescimento dos indicadores socioeconômicos nem sempre revelam as condições vivenciadas nas UF. Isso ficou perceptível quando analisados Piauí e Bahia, pois o Índice de Gini e o de Theil não tiveram crescimento significativo dessas UF, mas em sua totalidade concentram os piores índices de desigualdade social já medidos por esses indicadores no país. Só na Bahia o Índice de Gini em 1991 atingia 0,664 saltando para 0,669, em 2000. Em 1991, a Bahia liderava o *ranking* da desigualdade e, apesar de não aumentá-la, a UF não a combateu. Nesse sentido, Bahia e Piauí não tiveram grandes acréscimos nos índices de Gini e Theil, mas já precediam de um histórico de grandes desigualdades sociais.

A identificação do crescimento relativo das taxas de mortalidade por homicídios nas UF remete ao contexto socioeconômico. Fatores como o incremento da renda *per capita* se revela muito significativo para a análise proposta, visto que a maioria das UF com crescimento relativo das taxas de criminalidade teve também acréscimo relativo da renda *per capita* próximo a 6%, chegando a quase 14% em algumas destas, como Piauí, por exemplo. A exceção é do Amapá, do Mato Grosso do Sul e de São Paulo.

Por sua vez, Piauí, Mato Grosso e Tocantins destacam-se pela considerável elevação do PIB *per capita*, com crescimentos de 10% até 26,7% do Mato Grosso. Aliadas às crescentes taxas de renda *per capita*, estas UF acumularam as mais crescentes taxas de desigualdade social, medidas pelo Índice de Gini. Como se percebe na Tabela 1, todas as UF, com exceção da Bahia e Minas Gerais, tiveram crescimento do Índice de Gini; isso pode induzir ao raciocínio de que as UF com crescimento das taxas de homicídio, aliado ao crescimento da renda *per capita*, aumentaram também suas desigualdades sociais.

Na Tabela 1 têm-se as UF com maior crescimento das taxas de homicídio e como esse crescimento se comportou em relação aos indicadores socioeconômicos, PIB *per capita*, Renda *per capita*, Índice de Gini, Índice de Theil e Intensidade da Pobreza dos Estados.

Tabela 1

## EF brasileiras com crescimento da criminalidade violenta de 1991 para 2000

Estado	% variação Homicídios	% variação PIB <i>per capita</i>	% variação Renda <i>per capita</i>	% variação Í. de Gini	% variação Í. de Theil	% variação Intensidade Pobreza
Piauí	71,83	10,56	13,95	0	2,72	-7,56
Bahia	60	3,82	2,78	-2,99	-7,76	-4,02
Mato Grosso	50,25	26,7	8,12	1,39	3,48	1,2
Amapá	48,35	-22,44	-14,68	5,41	13,19	11,08
Ceará	48,24	0,7	5,19	-0,76	-1,85	-2,83
Tocantins	28,49	10,76	5,34	1,58	0	0,51
Minas Gerais	27,14	1,6	9,85	-3,5	-6,91	-5,7
Mato Grosso do Sul	21,85	7,32	-0,78	0	2,27	2,6
São Paulo	16,24	-6,56	-11,15	2,69	8,22	16,28

Fonte: Dados da pesquisa.

As UF que tiveram baixo crescimento das taxas de homicídios e ocupam posição intermediária no crescimento destas são, por ordem decrescente, Pernambuco (10,98%), Rio de Janeiro (9,50%), Paraná (9,27%) e Espírito Santo (5,41%).

As UF que tiveram crescimento moderado das taxas de homicídio, mas continuam sendo as mais violentas do país, são as mais densas populacionalmente, as mais ricas (Renda *per capita* e PIB) e com percentual de pessoas com renda *per capita* R\$37,75 que mais aumenta, apesar de concentrar o menor número de pessoas com essa faixa de renda.

É preciso considerar que Rio de Janeiro e São Paulo estão entre as UF mais violentas do país, apesar do crescimento das taxas de homicídios não se alterar consideravelmente. Outro fator a ser considerado é que, no Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, as densidades demográficas são as mais altas entre as UF. A renda *per capita* bem como o PIB *per capita* do Rio de Janeiro e de São Paulo são muito superiores aos outros, o que não permite uma distribuição mais igualitária e justa, principalmente quando o assunto é Pernambuco, que possui uns dos mais altos Índices Gini do país, com 0,654 em 1991, passando para 0,673.

Apesar de o Índice de Gini de São Paulo e o do Rio de Janeiro serem altos, se comparados ao restante do país, estes se apresentam com menores crescimentos do Índice de Gini. Cabe uma pergunta pertinente a respeito: se as taxas de criminalidade não possuem um crescimento tão intenso, se o Índice de Gini são uns dos mais baixos do país e o crescimento deste não é tão acentuado, porque esses Estados são os mais violentos do país? É claro que este não é o objetivo deste artigo, mas uma hipótese pode ser lançada, pois esses Estados são os mais densos do país, perdendo apenas para o Distrito Federal, que pode despontar futuramente como um dos lugares mais violentos do país, devido à alta densidade populacional e ao aumento brusco e desordenado dessa população.

Na Tabela 2 têm-se as UF que apresentaram (baixo crescimento) as taxas de homicídio e como se comportaram em relação aos indicadores socioeconômicos, Renda *per capita*, Índice de Gini, Índice de Theil e Intensidade da Pobreza.

**Tabela 2**  
**UF com baixo crescimento da criminalidade violenta de 1991 para 2000**

Estado	% variação Homicídios	% variação PIB <i>per capita</i>	% variação Renda <i>per capita</i>	% variação Í. de Gini	% variação Í. de Theil	% variação Intensidade Pobreza
Pernambuco	10,98	-6,11	-0,03	-1,01	-3,04	-1,74
Rio de Janeiro	9,5	3,29	1,88	-2,99	-4,95	7,3
Paraná	9,27	2,31	9,17	-2,22	-3,68	-30,3
Espírito Santo	5,41	13,56	14,12	-2,22	-4,24	-8,43
Paraíba	-0,45	5,33	13,91	-1,83	-4,01	-6,41
Roraima	-6,63	-14,06	-29,2	-7,42	-16,04	-8,01
Distrito Federal	-7,33	3,91	-1,52	0,27	5,44	11,89
Sergipe	-8,42	-19,4	-1,41	1,06	4,46	0,51

Fonte: Dados da pesquisa

Nas UF com menor incidência de homicídios, percebe-se que Santa Catarina, Rondônia e Rio Grande do Norte se destacaram pelo aumento significativo da renda *per capita* nos anos analisados, variando entre 8% a 15%

seu crescimento. Nota-se também que Maranhão, Rio Grande do Sul e Goiás cresceram a renda *per capita* entre 3% e 5%. Porém, Amazonas, Alagoas, Pará e Acre tiveram decréscimo da renda *per capita* entre 1% e 26%.

Para as UF que tiveram crescimento relativo da renda *per capita*, como Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rondônia, observa-se que estas aliaram o crescimento da renda *per capita* à diminuição dos Índices de Gini, Theil e à Intensidade da Pobreza. Apesar de nem todos os Estados com menor incidência das taxas de homicídio apresentarem a mesma direção nos indicadores, nota-se que o aumento da renda nas três UF acima citadas teve como ponto crucial a distribuição da riqueza, fundamental para a diminuição das desigualdades sociais e a erradicação da criminalidade violenta.

Na Tabela 3, apresentam-se as UF com menor incidência das taxas de homicídio e como se comportaram em relação aos indicadores socioeconômicos, Renda *per capita*, Índice de Gini, Índice de Theil e Intensidade da Pobreza.

Tabela 3  
UF com menor incidência da criminalidade violenta de 1991 para 2000

Estado	% variação Homicídios	% variação PIB <i>per capita</i>	% variação Renda <i>per capita</i>	% variação Í. de Gini	% variação Í. de Theil	% variação Intensidade Pobreza
Santa Catarina	-12,86	7,1	15,32	-1,21	-2,05	-4,64
Amazonas	-13,16	-12,02	-25,82	5,59	8,47	10,61
Goiás	-13,46	-3,94	3,71	0,57	3,05	-1,28
Rio Grande do Norte	-13,58	7,38	8,43	0,79	-2,81	-1,99
Alagoas	-17,55	-8,31	-1,38	6,63	12,73	5,87
Rio Grande do Sul	-25,08	2,27	5,11	-3,4	-6,4	-2,47
Pará	-32,53	-22,09	-8,62	1,87	4,3	3,75
Rondônia	-33,98	18,18	11,11	-3,51	-10,96	-5
Acre	-36,64	-2,8	-4,14	0,27	-2,09	1,79
Maranhão	-44,71	3,28	5,55	5,8	14,83	-0,92

Fonte: Dados da pesquisa

No estudo sobre as relações de renda, desigualdade social e violência letal, Cano & Santos (2001) afirmam não ser possível identificar a clara influência da renda *per capita* sobre as taxas de homicídios. Esta também foi a conclusão deste artigo.

Para Lima *et al.* (2002), o incremento na renda vem acompanhado de um significativo aumento da desigualdade social, uma vez que a renda não fica distribuída entre os vários segmentos da sociedade, mas deixa ainda mais acirrado o conflito entre uma parcela da população cada vez mais empobrecida e outra cada vez mais privilegiada e detentora de poder e riqueza, servindo como cenário propício para o crescimento da violência.

Num contexto mais geral, nas UF cujo crescimento das taxas de homicídio foi elevado, apesar da renda *per capita* e do PIB *per capita* ter crescido de 1991 para 2000, ocorreu, também, um significativo aumento da desigualdade social, medidos pelos Índices de Gini, Theil e pela Intensidade de Pobreza. Os principais Estados que aumentaram a criminalidade violenta não são os mais densos e nem os mais ricos, mas são aqueles que lideram a ponta da desigualdade social entre as UF brasileiras. Apesar dessa conclusão, essa afirmação carece de vários outros estudos com procedimentos metodológicos que venham ao encontro dessas afirmações.

Uma ressalva torna-se necessária, pois a segregação espacial do crime existente no Brasil também é existente dentro da UF. Por isso, fazer a afirmação de que a UF é violenta, pode ser uma conclusão precipitada, uma vez que a distribuição do crime no espaço não é homogênea e gera lugares com sobreposições de carências e prováveis vítimas da criminalidade violenta.

Outra ressalva é o fato de as desigualdades sociais serem o elo que desencadeia as sobreposições de carências, dentre eles o desemprego, a falta de educação, seja ela institucional ou não, de saúde, de falta de moradia, de saneamento básico e de serviços públicos, etc. Ou seja, nesta análise não foi considerado somente um desses subconjuntos, mas a desigualdade social como uma provável matriz formadora da criminalidade violenta. Além do mais, a análise recai sobre as vítimas de homicídios, por isso o acesso a melhores condições de vida é uma necessidade emergencial, mesmo existindo a controvérsia sobre as causas do homicídio. O que não se pode negar é que a desigualdade social é um problema existente e que as políticas públicas cada vez mais devam ser direcionadas a essa classe populacional.

## Conclusão

O objetivo deste artigo foi analisar a distribuição espacial da criminalidade violenta no território brasileiro, entre 1991 e 2000, e sua relação com os indicadores socioeconômicos das UF. Pode-se afirmar que os homicídios são, em vastas proporções, função das desigualdades sociais existentes nas UF, mas outros estudos devem ser realizados e aprofundados para essa discussão.

O fato perceptível é que as UF brasileiras, além de não conseguirem sanar o problema da desigualdade social, intensificaram ainda mais essa esfinge. Por isso, os Estados com grande crescimento da renda *per capita*, como Piauí, Minas Gerais e Mato Grosso, principalmente, que cresceram a renda e aliaram esse crescimento com o aumento do Índice de Gini, também sofreram com o aumento das taxas de criminalidade violenta.

Diante da imensa disparidade de renda *per capita* existente no país, pode-se perceber que as UF que tiveram crescimento desta e, acompanhadas de crescentes concentrações de renda, medidas pelo indicador de Gini, acumularam para si crescentes taxas de homicídio. Essa compreensão dos fatos indica caminhos para a redução da criminalidade violenta no país, com medidas governamentais voltadas para o crescimento da renda *per capita*, mas acompanhadas de distribuição para todas as classes sociais dessa riqueza e renda.

Para erradicar a pobreza e conseqüentemente combater a desigualdade social, o primeiro passo a ser dado é a mudança cultural na herança legada à maioria dos brasileiros do “crescer sempre mais”, sem aliar esse crescimento ao desenvolvimento econômico, social e cultural que gera melhorias na qualidade de vida. O desenvolvimento sustentado e solidário pode ser uma das formas de combater a desigualdade social e conseqüentemente diminuir a incidência cada vez mais elevada de criminalidade violenta no país.

No contexto puramente econômico, é consenso entre os economistas que a erradicação da pobreza exige a redução da desigualdade social e o estímulo ao crescimento econômico. A expansão econômica é mais eficaz no combate à pobreza onde a desigualdade de renda é menor, pois dessa forma o impacto regional do crescimento econômico é maior. As regiões que conseguem altas taxas de crescimento econômico aliadas a um crescimento estável da população melhoraram seus indicadores de qualidade de vida, ao passo que as regiões que menos cresceram foram também as que pouco se desenvolveram e tiveram menos melhorias no bem-estar. As regiões

que ganham investem mais em educação e têm melhoria progressiva no Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), aliado à qualidade do ensino. Nesse sentido, ações e investimentos no acesso e na qualidade da educação básica, que possibilitem a redução das desigualdades educacionais, investimentos em infraestrutura e novas tecnologias, para a ampliação da capacidade produtiva da economia, e incentivos ao treinamento para a força de trabalho, contribuem muito para elevar o nível de vida da população, promover o desenvolvimento social e diminuir as taxas de criminalidade.

## Referências

- ADORNO, Sérgio  
(2002) “Exclusão socioeconômica e violência urbana”. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 4, nº. 8, p. 84-135.
- BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo & MENDONÇA, Rosane  
(2000) “A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil”. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 21-48.
- BEATO, Cláudio  
(1998) “Determinantes da criminalidade em Minas Gerais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, nº. 37, p. 1-19.
- BEATO, Cláudio & REIS, Ilka  
(2000) “Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime”. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro. São Paulo: IPEA, p. 385-404.
- BRUIT, Hector Hernán & ABRAHÃO, Fernando Antônio  
(2001) “Criminalidade e modernização em Campinas: 1880 a 1930. Bases teórico-metodológicas e fontes para o seu estudo”. *Resgate*, Campinas, v. 10, p. 9-22.
- CÁRDIA, Nancy; ADORNO, Sérgio & POLETO, Frederico  
(2003) “Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, nº. 47, p. 43-73.
- CÁRDIA, Nancy & SCHIFFER, Sueli  
(2000) “Violência e desigualdade social”. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 54, nº. 1, p. 25-31.
- CANO, Inácio & SANTOS, Nilton  
(2001) *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras.
- DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (DATASUS)  
(2007) *Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS)*. Disponível em: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br). Acesso em 14 de julho de 2007.
- FELIX, Sueli  
(2002) *A Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias*. Marília: UNESP Marília Publica.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)  
(2007) *Censos Demográficos 1991 e 2000*. Disponível em: <http://www.ibge.org.br>. Acesso em 15 de julho de 2007.
- LIMA, Maria Luiza et al.  
(2002) “Evolução de homicídios em Pernambuco: análise por área geográfica, de 1980 a 1998”. *Revista Saúde Pública, São Paulo*, v. 36, nº. 4, p. 426-429.
- MARICATO, Ermínia  
(2002) *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes.

MINAYO, Maria Cecília  
(1994) "A violência social sob a perspectiva da saúde pública". *Cadernos de saúde pública*, Rio de Janeiro, v. 10, n.º. 1, p. 7-18.

OLIVEIRA, Gilson Batista de  
(2002) "Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento". *Revista Fae*, Curitiba, v. 5, n.º. 2, p. 37-48.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS)  
(2003) *Classificação Internacional de Doenças (CID)*. Disponível em: [www.who.int](http://www.who.int). Acesso em: 15 de maio de 2008.

PERES, Maria Fernanda Tourinho *et al.*  
(2008) "Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil". *Rev. Panam. Salud. Pública/Pan Am J Public Health*, v. 23, n.º. 4, p. 268-276, abr.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD)  
(2007) Disponível em: [www.pnad.org.br](http://www.pnad.org.br). Acesso em julho de 2007.

ROCHA, Sônia.  
(1995) *Governabilidade e pobreza: o desafio dos números*. Brasília/Rio de Janeiro: IPEA.

SANTANA, Antônio Cordeiro & SANTANA, Ádamo Lima  
(2004) "Mapeamento e análise de arranjos produtivos locais na Amazônia". *Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo, v. 12, n.º. 22, p. 9-34.

**Recebido em**  
abril de 2010

**Aprovado em**  
maio de 2011